

O QUE O RIO WATU NOS DIZ? VITALIZAR NOSSA HABITAÇÃO NA TERRA

WHAT DOES THE WATU RIVER SAY TO US? VITALIZING OUR DWELLING ON EARTH

Luís Thiago Freire Dantas¹
Igor Lorra Pereira Costa²

RESUMO

O presente artigo pretende problematizar o antropocentrismo moderno e a inauguração não apenas de uma nova época no mundo, mas a regulação dos modos de vivência para determinar um “jeito de habitar essa terra”. Um habitar que culminou na crise ecológica e evoca um abandono total e de devastação dos ecossistemas e sua biodiversidade. Por esse modo, em um diálogo com Ailton Krenak (2022), Antônio Bispo dos Santos (2023) e Malcom Ferdinand (2022), nós pensamos junto com saberes ancestrais preservados pela memória uma proposta de construir uma confluência entre cartografias de mundo, em especial, a voz das águas do rio *Watu*, considerado avô do povo Krenak, como exercício de escuta das vozes das águas como uma dinâmica relacional de afetos em que *Watu* descentraliza o antropocentrismo para outras formas plurais de existência enunciadas pelo *anthropos* e seu modelo colonial de habitar o mundo. Somado a esse exercício de escuta da voz das águas dos rios, em especial do rio *Watu*, propomos a ação de aquilombamento (Ferdinand 2022) como fundamento para a construção de novas cartografias do mundo e a recuperação de um vínculo transcendente com a Mãe Terra. Afinal, o ato de aquilombamento praticado pelos povos africanos vítimas da escravidão é uma recusa de viver em um mundo marcado pela violência e a destruição de outros humanos e não-humanos (natureza).

Palavras-chave: Ancestralidade; Crise Climática; Filosofia Política; Territorialização.

¹ Doutor em Filosofia pela UFPR. Professor Adjunto de Filosofia da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPed) da UERJ. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: fdthiago@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8524-8213>

² Graduando em Filosofia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista IC – FAPERJ. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: igorlorra@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3670-2014>

ABSTRACT

This article aims to problematize modern anthropocentrism and the inauguration not only of a new epoch in the world, but also of the regulation of ways of living to determine a “way of inhabiting this earth”. An inhabitation that has culminated in the ecological crisis and evokes a total abandonment and devastation of ecosystems and their biodiversity. In this way, in a dialogue with Ailton Krenak (2022), Antônio Bispo dos Santos (2023) and Malcolm Ferdinand (2022), we thought together with ancestral knowledge preserved by memory a proposal to build a confluence between cartographies of the world, in particular, the voice of the waters of the river *Watu*, considered the grandfather of the Krenak people, as an exercise in listening to the voices of the waters as a relational dynamic of affections in which *Watu* decentralizes anthropocentrism to other plural forms of existence enunciated by anthropos and their colonial model of inhabiting the world. In addition to this exercise of listening to the voice of the waters of the rivers, especially the *Watu* River, we propose the action of *aquilombamento* (Ferdinand 2022) as a foundation for the construction of new cartographies of the world and the recovery of a transcendent bond with Mother Earth. After all, the act of *aquilombamento* practiced by African peoples who were victims of slavery is a refusal to live in a world marked by violence and the destruction of other humans and non-humans (nature).

Key words: Ancestry; Climate Crisis; Political philosophy; Territorialization.

Artigo recebido em: 24/01/2024

Artigo aprovado em: 04/03/2024

Artigo publicado em: 15/03/2024

INTRODUÇÃO

Não precisa inventar um novo mundo não, precisa reeditar o velho mundo. Precisa reeditar os quilombos. Os quilombos são as áreas mais preservadas, são as áreas mais festivas, são os territórios que se vive festejando, as aldeias do mesmo jeito. Então por que inventar?

Antônio Bispo dos Santos

O processo de colonização iniciado no século XVI inaugurou uma maneira de habitar o mundo marcada por genocídios, etnocídios, violências, saqueamentos,

devastação e dominação da diversidade dos ecossistemas em busca de riquezas. Isso promovido pela implementação de um sistema de *plantations* marcado pela mão de obra escrava em que seres humanos e natureza são objetos do horror colonial. Neste sentido, o presente artigo trata as ações coloniais no coração da crise climática que o mundo contemporâneo vive, com a violência colonial sendo a responsável pelo início de devastações irreversíveis no corpo da natureza. A citação inicial do mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos está relacionada com aquilo que imaginamos ser a resposta para a violência do habitar colonial e a catástrofe ambiental, acreditamos que ela esteja em saberes e nas formas de existir preservados pela memória ancestral dos povos vítimas da colonização. Os povos quilombolas e indígenas preservam em suas formas de ser e existir maneiras harmoniosas de se relacionar com a natureza, tendo sempre em mente que são parte do mesmo organismo e comporta outras espécies de seres, conjugando sempre a existências de um nós com o mundo a sua volta, não há o desejo de dominação e hierarquização sobre o outro. Se há um porvir, ele já está aqui e é ancestral, como aponta Ailton Krenak (2022, p. 8): “Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”.

Por isso, não gratuitamente, a emergência da crise climática nas últimas décadas toma a cena do noticiário, das redes sociais e das pesquisas acadêmicas. O desejo em explicar a sua origem, como lidar com a situação, o que fazer para adiar o fim da existência da humanidade e escapar do olho do furacão da catástrofe ecológica permeiam o imaginário contemporâneo. Entretanto, como descrevem Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2016), a velocidade das transformações da crise climática torna tudo o que pode ser dito como ultrapassado, fazendo com que todas as ideias de ações pareçam supérfluas e ineficientes diante do caos da ameaça enfrentada pela espécie humana. É evidente o lugar central que o debate sobre as mudanças climáticas ocupa nas mais diversas esferas sociais, afinal, chegamos a uma situação-limite em que as projeções científicas problematizam a presença de um

futuro, a ausência de um vir a ser, no qual “as próximas gerações (as gerações *próximas*) tenham de sobreviver em um meio empobrecido e sórdido, um deserto ecológico e um inferno sociológico.” (DANOWSKI; CASTRO, 2016, p. 29).

Para investigar como esse “vir a ser” ficou sem horizonte e como podemos resgatá-lo. Em seguida, nós analisaremos como o antropocentrismo se torna uma ferramenta colonial na qual estabelece hierarquizações entre grupos humanos e também entre espécies com a intuição de fundamentar “um modo de habitar a Terra”. Disso, consiste o habitar colonial que em diálogo com Malcom Ferdinand (2022) expõe as características que culminam no matricídio, um distanciamento total entre humanidade e a Terra. Em contraponto, numa conversa com Ailton Krenak (2022) e Antônio Bispo dos Santos (2023) pensar um habitar contra-colonial enquanto uma vivência em sua horizontalidade com as diferentes formas de vidas. Um habitar que será fundamentado a partir do exercício de escuta da voz das águas dos rios (KRENAK, 2022), afinal, são seres que habitam a terra há milhares anos, com sua potência vital e movência são capazes de encontrar novos rumos para continuar seguindo seu curso, logo, há algo que as suas águas podem nos ensinar para que sejamos capaz de mudar o nosso caminho antes de cairmos no abismo irreversível do Antropoceno. Também teremos como fundamento desse habitar contra-colonial saberes quilombolas como a biointeração (SANTOS, 2015) que é uma relação harmoniosa com a natureza e quaisquer formas de vida, conduzida por uma poética de integração com o meio ambiente em um ciclo de compartilhamento. Em outras palavras, a conjugação de um nós que recusa um modelo de habitar o mundo do *anthropos* colonial marcado pela ruptura, dominação e exploração da natureza.

UM ANTHROPOS NO MUNDO

Uma tempestade se aproxima prestes a afundar esse navio-mundo construído e navegado por esse projeto do *anthropos* com “uma” maneira de habitar o planeta,

causadora da metástase diante das relações com a natureza através de fios de ferro, exaurindo assim todas as possibilidades de autorregulação e recuperação dos ecossistemas enquanto estivermos aqui, ou seja, uma forma de habitar que impôs a “destruição de espaços-tempos de refúgio para as pessoas e outros seres” (HARAWAY, 2016, p. 140). Tudo isso justificado por uma lógica econômica exploratória daqueles considerados sub-humanos, grupos possuidores de outras cartografias do mundo, de outras narrativas de se relacionar com a natureza de forma harmoniosa, cuidadosa e até mesmo sagrada. Eles foram profanados por um ideal antropocentrismo do projeto civilizatório da ação colonial que afirma a sua forma de ser como especial e ponto de culminação de todo “progresso”. Isso provocou uma ruptura ecumenal entre os povos e a terra, como argumenta Malcom Ferdinand (2022) acerca do corte de um laço sagrado e ontológico de reconhecimento recíproco entre uma mãe (terra) e seus filhos, matricídios: “a perda de práticas culturais, agrícolas e de crenças movidas por uma preocupação com essas mães terras” (FERDINAND, 2022, p. 61). O laço rompido se dá pelo chicote nas mãos do colonizador que rasga a pele dos filhos dessa Mãe Terra e faz o sangue escorrer em sua superfície. A Terra vê a si mesma e os seus filhos transformados em propriedades privadas dos senhores da colonização e submetidos a todos os tipos de crueldades permitidas e admitidas pelo laboratório da ação colonial.

Ailton Krenak (2020) nos questiona se a escolha que nós fizemos por essa suposta ideia de humanidade não estaria na base dos nossos problemas atuais, afinal, o alicerce de sua constituição acontece através de ações violentas de destruição e de dominação de outros seres que são excluídos desse horizonte concebido como humanidade:

A ideia de que os brancos europeus poderiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro de humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra,

uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2020, p. 11).

Essas palavras contribuem para interpretarmos a catástrofe social e ambiental vivenciada no mundo com sua crise iniciada pelo processo de colonização, pois o ideal de humanidade e seu modelo de habitar o mundo se estabelece a partir de uma forma devastadora e inteiramente baseada na destruição, no genocídio, na dominação e na exploração de outros humanos (que habitam o mundo fora dos termos do reflexo ideal do colonizador) e de não-humanos (natureza). Com isso, a crise que nos assola se deu com a ação do *ego conquiro* (eu conquisto) do colonizador europeu e seu fardo de levar o progresso da humanidade esclarecida, a custo de muito sangue derramado, para outras partes do mundo. “O herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador” (DUSSEL, 2005, p. 30).

Na esteira dos acontecimentos atuais existe a necessidade de respostas para indicar um caminho e uma esperança afastada da arrogância reguladora da realidade. Principalmente se levarmos em conta que a humanidade recentemente passou por uma crise sanitária da COVID-19 – consequência da sua forma violenta de habitar o mundo – e viu seu modelo ameaçado de extinção. Um vírus que só pode ser observado através de microscópios foi capaz de trancar 8 bilhões de pessoas em suas casas. Durante todo tempo de quarentena e distanciamento social existiam aqueles que acreditavam que se saíssemos dessa situação poderíamos nos tornar uma espécie melhor na forma de viver esse mundo, menos arrogante, afinal, como algo microscópico foi capaz de transformar por completo a nossa realidade? Isso só poderia significar que somos totalmente irrelevantes para esse planeta? Com a descoberta das vacinas a humanidade voltou a circular, o saldo da crise sanitária foi a morte de milhões de pessoas e o agravamento das catástrofes sociais já existentes. Porém, a humanidade esclarecida guiada pela razão das luzes da modernidade ainda segue habitando o mundo com a mesma arrogância, com violência, vaidade e toda roupagem que nos lançou nesse abismo.

Nessa busca por respostas surge a era do Antropoceno, nomeação desenvolvida pelo químico Paul J. Crutzen e pelo especialista em ciência marinha Eugene F. Stoemer. Essa metáfora oferece algumas considerações bem interessantes, a principal delas é a noção de que os seres humanos deixaram de ser apenas um fator biológico em meio à diversidade de outras espécies e acabou por se tornar uma força geológica. Uma espécie capaz de provocar desequilíbrios radicais nos ecossistemas do planeta, ou seja, deixamos uma marca tão violenta no planeta destruindo todas as fontes de vida existentes.

Nos três últimos séculos, os efeitos dos humanos no ambiente global se intensificaram. Por causa dessas emissões antropogênicas de dióxido de carbono, o clima global poderá distanciar-se significativamente do comportamento natural por muitos milênios. Parece apropriado aplicar o termo 'Antropoceno' à época geológica presente, dominada por humanos, que complementa o Holoceno – o período quente dos últimos dez a doze milênios. Poder-se-ia considerar que o Antropoceno começou na parte final do século XVIII, quando análises do ar preso em gelo polar evidenciaram o início das crescentes concentrações globais de dióxido de carbono e metano. Essa data também coincide com o projeto do motor a vapor de James Watt, de 1784 (CRUTZEN, 2002, p. 23).

Alguns aspectos do Antropoceno podem contribuir muito no debate sobre a catástrofe ecológica, principalmente a interpretação do ser humano de se tornar essa força geológica capaz de provocar abalos irreversíveis na ordem no planeta, mas existem alguns problemas nessa perspectiva. O primeiro deles é o recorte histórico dessa narrativa, a primeira revolução industrial na Europa do séc. XVIII, já que ao estabelecer esse fato como momento decisivo da humanidade em direção ao abismo da crise climática acaba por ocultar quase três séculos de violência, opressão, destruição, devastação, genocídios e obliterações do colonialismo em outros espaços.

Por trás da narrativa global do Antropoceno, de um 'Homem' que perturba os equilíbrios ecossistêmicos e que paradoxalmente, seria também a panaceia para tais desequilíbrios, as catástrofes são percebidas e narradas a partir de um centro geográficos e temporal, um lar singular: um *oikos* colonial (FERDINAND, 2022, p. 146).

Há uma ocultação da catástrofe social provocada pela colonização em outros espaços geográficos, com outras genealogias e narrativas concebidas pelo horizonte do

clube exclusivo da humanidade que tem como matriz a Europa. Espaços territoriais ocupados por comunidades que lidam com a ameaça de extinção dos seus modos de ser e existir bem antes da crise ambiental, a diferença é que a ameaça vem através das mãos do homem branco e o seu “fardo” de impor a “civilização” a outros povos e culturas. A narrativa do Antropoceno para compreensão da crise ambiental a partir do *oikos* colonial parece demonstrar que “o evento considerado catastrófico em escala global é em primeiro lugar, o que ameaça a reprodução deste lar, de sua composição étnica, social e sexual, de seu salário, bem como de suas maneiras de habitar a terra” (FERDINAND, 2022, p. 147). É necessário pensar os processos de colonização no seio do Antropoceno, afinal, na dimensão de análise atual sem refletir os processos de colonização acaba por excluir outras composições de temporalidades, de realidades e de genealogias distintas. Assim, quem sabe confluir diversas narrativas de mundo capazes de se afetarem a ponto de construirmos uma roupagem que permita nos emancipar dessa tecelagem das relações sociais e com a natureza estabelecida por fios de ferro das formas coloniais de habitar o mundo.

Neste sentido, o artigo tenta mostrar que o projeto ideal de *anthropos* desenvolvido no interior da modernidade europeia tem como base existencial as formas coloniais de habitar o mundo, ou seja, um conjunto de ações violentas para explorar e dominar outros humanos e ecossistemas. Para dar conta de compreender melhor o que é esse habitar o mundo de forma colonial tomaremos como referência fundamental a crítica contida na ecologia decolonial proposta pelo filósofo martinicano Malcom Ferdinand (2022). Nesta linha de pensamento o habitar colonial possui princípios, fundamentos e formas que reproduzem de maneira ininterrupta a catástrofe social e ambiental do mundo contemporâneo. Outra característica que procuraremos apresentar como elemento fundamental do *anthropos* moderno é a atitude cosmofóbica diante do mundo, segundo Antônio Bispo dos Santos (2015) essa cosmofofia tem por base elementos da religião do colonizador. Por último, o presente artigo tem por objetivo apontar que esse padrão ideal de *anthropos* no século das luzes

norteia modos de ser e conhecer que anseia pela totalidade das coisas, fato que nos distingue de outras espécies e nos levaria a uma posição superior. Em contraposição, acompanhando Krenak (2020), explicitar como o ser humano foi se alienando por completo desse organismo vivo que nós habitamos, estabelecendo uma verdadeira ruptura entre nós (humanidade) x natureza, e então propomos que não há nenhuma possibilidade de mudança ecológica ou política como resposta para a crise que o mundo vive sem uma transfiguração da própria ideia de *anthropos* desenvolvida nos últimos séculos.

Uma transfiguração seria o abandono total dessa roupagem social tecida com fios de violência, devastação dos ecossistemas e sua biodiversidade, criação e exploração de sub-humanidades, afinal Krenak (2020) aponta que os povos originários carregam uma memória ancestral anterior a configuração de *anthropos* na modernidade. A partir desses saberes ancestrais preservados pela memória acreditamos em uma confluência (SANTOS, 2015) entre essas cartografias de mundo (KRENAK, 2022) para adiar o fim e estabelecer alianças afetivas. Conceitos como biointeração apresentado por Antonio Bispo dos Santos (2015) nos mostra ser possível estabelecer uma relação harmoniosa com a natureza e os seres vivos que a compõe, e a partir dos saberes de Ailton Krenak (2022) visamos demonstrar que o futuro pode ser ancestral com a transfiguração da ideia de humano pelo exercício de escuta da voz dos rios, pois elas podem nos ensinar a ser água “em nossa movência e capacidade de mudar de rumo” (KRENAK, 2022, p. 27). Em especial a voz das águas do rio *Watu*, considerado avô do povo Krenak, um ser ancestral que habita a terra há milhares de anos carregado de sabedorias e de uma potência poética de vida extraordinária, um rio que foi uma vítima do habitar colonial moderno.

Esse exercício de escuta da voz das águas que compõe o rio não é uma mera alegoria filosófica, mas sim uma dinâmica relacional de afetos onde o rio *Watu*, ao longo do curso de suas águas e do som que elas transmitem, nos abordaria com toda a sua potencialidade de vida ancestral de forma que “nos permitem conjugar o nós:

nós-rio, nós-montanha, nós-terra” (KRENAK, 2022, p. 14). Krenak (2022) vê nesse exercício de escuta a possibilidade de descentralização do antropocentrismo, pois outras formas plurais de existência deixam de ser enunciadas pelo *anthropos* e seu modelo colonial de habitar o mundo. Nessa confluência e nas alianças afetivas entre narrativas ancestrais que poderemos nos transfigurar enquanto seres vivos, experienciando novas formas de existir e assim encontrar novos caminhos capazes de nos guiar para longe do penhasco do Antropoceno.

O HABITAR COLONIAL

Ao investigar a devastação do mundo contemporâneo diante das tragédias ambientais e sociais vividas, Malcom Ferdinand (2022) aponta que tais catástrofes estão associadas ao momento fundador da modernidade, o instante em que o *anthropos* começa a se tornar uma força geológica. O momento em que as ações do *ego conquiro* do *anthropos* europeu iniciam um processo de invasão, saqueamento, genocídio e destruição no continente americano, funda-se assim uma forma de habitar o planeta que se baseia na violência contra outros humanos que são transformados em sub-humanidades e não-humanos (natureza). No habitar colonial, mesmo que fisicamente esteja ocupando um espaço na terra, ainda assim pode ser considerado um não-habitante do mundo e sujeito a todos os tipos de agressões e violações, seja humano ou natureza nada escapa do horror colonial.

Segundo Ferdinand (2022), o habitar colonial possui alguns princípios, o primeiro deles é o aspecto geográfico que está relacionado ao fato da ação colonial localizar-se em um espaço territorial específico muito bem delimitado. A característica desse princípio geográfico é a relação hierárquica de dependência e subordinação que se estabelece entre o território colonizado e a metrópole colonizadora, assim “O habitar colonial é pensado como subordinado a outro habitar, o habitar metropolitano, ele mesmo pensado como o habitar verdadeiro” (FERDINAND, 2022, p. 49). O segundo

princípio é a exploração da natureza por questões comerciais, ou seja, “extrair produtos para fins de enriquecimento que ‘deu a ideia’ de fazer habitar” (FERDINAND, 2022, p. 50), um exemplo disso é a extração do pau-brasil para ser comercializada na Europa. Por último, o terceiro elemento é o altericídio, é a recusa da diferença, o estabelecimento de um horizonte fechado que transforma aquilo que não encaixa em seus padrões em sub-humanidades a serem violadas de todas as formas. O altericídio é a destruição de outras de formas de ser, existir, crer e conhecer que não se alinham com o modelo ideal de *anthropos* europeu, isso deixa claro o motivo pelo qual o habitar colonial é tão fundamental para o projeto político civilizacional do *ego conquiro*, já que “a colonização nega a alteridade e constitui uma ação de mesmificação, de redução ao mesmo, fazendo o habitar colonial um habitar-sem-outro” (FERDINAND, 2022, p. 51).

Ainda na esteira para compreender os alicerces do habitar colonial como elemento fundador da crise climática e social do mundo, Ferdinand (2022) aponta para os elementos que fundamentam essa maneira de habitar o mundo. O primeiro deles é a ação de apropriação de terras por partes dos colonizadores, uma ação que é legitimada e autorizada a empregar toda a força e violência necessária para sua realização, essa apropriação é acompanhada pelo gesto de nomeação desses territórios por parte dos colonizadores que rebatizam tais espaços ignorando por completo os nomes ancestrais dados pelos povos originários a esses locais, nomes que estabelecem uma ligação ontológica entre a Mãe Terra e seus filhos. O segundo elemento dos fundamentos do habitar colonial são os atos de desbravamento da natureza, segundo Ferdinand (2022) eles estão relacionados ao abatimento de árvores, pois nesse sentido “habitar é desbravar, habitar é abater a árvore. Somente a partir do momento em que a árvore é abatida o habitar colonial começa” (FERDINAND, 2022, p. 52). O terceiro e último fundamento está relacionado com os atos de massacre, genocídio e estupros contra os povos ameríndios no continente americano, essas ações perversas buscam justificção em uma distinção entre os *anthropos* x selvagem e a necessidade de

extermínio da alteridade em relação a um “eu” hegemônico que deseja refletir sua imagem aos quatro cantos do mundo como único horizonte possível: “O habitar colonial foi estabelecido sobre o massacre dos ameríndios e a posse do corpo das mulheres ameríndias, verdadeira execução do princípio de altericídio” (FERDINAND, 2022, p. 53).

As formas que permitiram a fabricação do habitar colonial são apontadas por Malcom Ferdinand (2022) como: propriedade privada, *plantations* e escravidão. A propriedade privada é a repartição do território ocupado anteriormente pelos ameríndios, toda essa vasta dimensão geográfica é dividida entre os colonizadores europeus para o cultivo e comercialização com a metrópole colonizadora, reforçando assim o princípio da subordinação geográfica. A segunda forma de legitimação para ocupação das terras colonizadas foi o estabelecimento das *plantations* “Um conjunto que compreendia o campo cultivado, as oficinas e o engenho, a casa-grande e as senzalas” (FERDINAND, 2022, p. 54). Depois do desbravamento da natureza criou-se toda uma arquitetura opressora para reforçar as condições do habitar colonial no “novo mundo”. Dito isso, era necessário mão de obra para garantir o funcionamento dessa estrutura perversa, a partir da “[...] exploração massiva de seres humanos por meio de um modo de organização hierárquico da produção, que colocava em cena um senhor e criados” (FERDINAND, 2022, p. 54). Povos ameríndios e negros vindos da África pelo tráfico transatlântico de escravos foram dominados, explorados e subjugados nos modos mais perversos que podem existir, entre os quais a destituição de suas terras, dos seus modos de existência e crença para se transformarem em recursos do habitar colonial. Por essa forma colonial de habitar o mundo do *anthropos* acreditamos na necessidade de colocar no seio do Antropoceno os processos de colonização para uma compreensão mais justa da catástrofe ambiental e social do mundo contemporâneo, afinal, nada foi capaz de escapar da devastação da violência colonial, seja humano ou não-humano.

Existe um elemento-chave na constituição do projeto de *anthropos* da modernidade, este elemento tem a ver com a religiosidade que molda as formas de ser e existir desse modelo universal de humano, sustentando o fardo civilizador da colonização sob falsas premissas de uma salvação das almas dos povos colonizados no habitat colonial. Segundo Bispo dos Santos (2015), a religião cristã dos povos europeus têm um papel fundamental na colonização e na construção de uma visão de mundo cosmo-fóbica em relação à natureza, fato que fica claro na forma como os ecossistemas dos territórios invadidos são devastados. Essa cosmo-fobia é percebida nas próprias escrituras do livro sagrado da religião eurocristã monoteísta:

Javé deus disse para o homem: 'já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido de comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga. A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. Você comerá seu pão com o suor do seu rosto até que volte para terra, pois dela foi tirado, você é pó e ao pó voltará'. Por bem dizer, o Deus da Bíblia inventou o trabalho e o fez como um instrumento de castigo. Daí entendemos o caráter escravagista de qualquer sociedade que venha a construir seus valores a partir das igrejas originárias da Bíblia (SANTOS, 2015, p. 30-31).

A cosmo-fobia é o medo do cosmo, da terra, e gera uma completa desconexão com a natureza. Abandona-se uma relação harmoniosa entre a espécie humana, natureza e todos os seres que a compõem. Esse abandono ocorre, segundo Bispo dos Santos (2023), pelo pecado originário cometido por Adão e Eva no Jardim do Éden, a partir da violação das leis morais que existiam no paraíso toda relação envolvendo espécie humana, terra e trabalho passaram a ser hostis. Essa hostilidade e cosmo-fobia continuam a se reproduzir no coração do Antropoceno moldando suas formas coloniais de habitar o mundo ao longo dos séculos.

A humanidade se desconectou da natureza exatamente por ter cometido o pecado original. Seu castigo foi se afastar da natureza. Por isso Adão foi expulso do Jardim do Éden e o humanismo passou a ser um sistema, um reino desconectado do reino animal. Dentro do reino vegetal, todos os vegetais cabem, dentro do reino mineral, todos os minerais cabem. Mas dentro do reino animal não cabem os humanos. Os humanos não se sentem como entes do ser animal. Essa desconexão é um efeito da cosmo-fobia (SANTOS, 2023, p. 8).

E como tratar essa doença da cosmofobia? Bispo dos Santos (2023) nos oferece a contra-colonização, ou seja, impedindo que essa doença devastadora continue a se espalhar pelo mundo, triturando o colonialismo até não sobrar mais nada dele. Neste caminho, propomos como resposta a esse habitar do horror, realizado pelo *anthropos* colonial, uma cartografia de mundo no qual a armadura do desbravamento e o chicote do açoite não sejam os símbolos do tecido social da relação humanos e natureza. A construção de um habitar contra-colonial é a arte da fuga da catástrofe do Antropoceno, tratando-se de uma forma de habitar que vai ampliar o horizonte do “nós” ao suspender a desconexão entre humanos e natureza, sendo capaz de estabelecer alianças afetivas entre todos os seres vivos. A vida é reconhecida em nosso entorno, permitindo a confluência entre os plurais horizontes históricos de enunciação de mundos possíveis.

Essa cartografia pode ser fundamentada a partir do aprendizado de escuta da voz das águas dos rios, afinal, “esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (KRENAK, 2022, p. 11). As águas guardam uma potência poética de vida que tem muito a nos ensinar, deixemos de ser tão barulhentos por alguns minutos, em um exercício de fricção com a natureza, para que assim possamos escutar essa composição poética dos rios e tudo que ela pode nos oferecer para a criação de uma nova cartografia de mundo que nos permita experimentar diferentes formas de existência.

O HABITAR CONTRA-COLONIAL

A história das grandes civilizações que habitaram este mundo é entrelaçada com a existência de algum rio que foi fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento desses povos, sempre estivemos perto dos rios, porém, Ailton Krenak (2022) nos chama atenção para o fato da humanidade nunca ter aprendido

nada com eles. Os rios são vistos apenas como uma fonte de recursos vital para a existência, sempre visto como um corpo a ser explorado para satisfazer as necessidades da humanidade. Os corpos dos rios são violentados, fraturados, soterrados nos túmulos de concreto que são as grandes metrópoles e sua arquitetura colonial hostil em relação à natureza.

Para o enfrentamento e superação dessa engenharia civil da devastação que marca o projeto político dos grandes centros urbanos, temos como proposta o resgate da dimensão transcendente da natureza preservada na memória ancestral dos povos vítimas do habitar colonial. Estamos falando aqui de uma relação com a natureza que vai além de um caráter de extração de recursos para sobrevivência e produção – uma relação de compartilhamento. Segundo Bispo dos Santos (2023), os quilombos são regidos pelo princípio de compartilhamento, todos os seres vivos são compartilhantes e responsáveis por ações de afeto:

O compartilhamento é uma coisa que rende. Quando cheguei ao território em que estou hoje, já existiam outros compartilhantes que nos receberam. Na Caatinga, os umbuzeiros nos receberam. Eles compartilharam seus frutos, suas folhas e suas raízes quando chegamos, e não trouxemos nada para os umbuzeiros. Eles já eram nativos daqui, viemos habitar esta terra depois deles. Foi assim com os pássaros, foi assim com uma planta chamada pinhão – que não é o pinhão manso, é um pinhão cuidado por nós, ditos humanos, que as juritis adoram. Elas comem esses pinhões e, vez por outra, pegamos uma juriti. O pinhão compartilha com a juriti, a juriti compartilha, e nós vamos compartilhar de novo com o pinhão. Agora que já estamos aqui há mais tempo, entramos também no ciclo local de compartilhamento (SANTOS, 2023, p. 21).

O autor também nos apresenta outra ação primordial que pode e deve estar contida na cartografia de qualquer narrativa que vise superar a textura da violência colonial nas relações com a natureza – a biointeração. Esta ação se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação orgânica com a natureza, uma relação de harmonia e de confiança. Ao tratar dessa ação o mestre quilombola nos oferece o exemplo da pescaria, quando os membros do quilombo chegam às margens dos rios para pescar é estabelecido que só pesque o necessário para toda comunidade, sem qualquer excesso

para estocagem, já que não existe lugar melhor para guardar os peixes do que as próprias águas dos rios. A biointeração é uma forma de manutenção do ciclo de compartilhamento, com uma dimensão de poética de vida em harmonia com a natureza, sem a ganância colonial de saqueamento dos recursos naturais para manutenção de um sistema desenfreado de produção que nos levou à catástrofe ecológica.

Desse modo, a transfiguração da ideia de humano no interior de uma habitar contra-colonial implica estar aberto para experienciar outras formas de existência, modos de existência que colocam em questão a própria noção de antropocentrismo. Os povos originários preservam em sua memória, através de muita luta e resistência, cartografias existenciais anteriores a essa configuração de *anthropos* colonial. Estamos tratando de formas de viver em harmonia com a natureza, integrados com o todo desse organismo vivo, como partes de um ciclo de pertencimento e compartilhamento, estabelecendo alianças afetivas que nos permitam “conjuguar um nós-rio, nós-montanha, nós-terra” (KRENAK, 2022, p. 14). É o reconhecimento da vida em nossa volta!

Neste sentido de ampliação e mudanças das nossas narrativas de mundo, Krenak propõe o exercício de escuta da voz das águas do Rio Watu, o rio-avô, pois a melodia entoada pelas suas águas “nos permite sair de nossos corpos, dessa mesmice da antropomorfia, e experimentar outras formas de existir” (KRENAK, 2022, p. 14). Esse rio-avô teve seu corpo d’água violentado pela ação humana de consumo, mas que segundo seus netos mergulhou tão fundo dentro de si para revitalizar suas águas nos lençóis freáticos e seguir seu caminho em direção ao oceano. Os rios são caminhos, deslocamentos, mananciais de vida, coragem, perseverança para continuar seguindo o trajeto, trocando de curso, superando barragens, sobrevivendo aos túmulos de concreto das metrópoles, possuem uma potência poética de vida capaz de nos abordar. Diz Ailton Krenak (2022, p. 27) “respeitem as águas e aprendam sua linguagem.

Vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam. Sejamos água, em matéria e espírito, em nossa movência e capacidade mudar de rumo ou estaremos perdidos”.

A construção do habitar contra-colonial é um ato de recusa, um ato de negação ao mundo moldado pela violência das relações entre humanos e não humanos. Principalmente, segundo Malcom Ferdinand (2022), pelo habitar colonial responsável pelo matricídio da Mãe Terra, por uma ruptura violenta do cordão umbilical que conectava os filhos desses territórios invadidos e a terra em uma relação sacralizada. A Mãe Terra acolhia afetosamente seus filhos e os dava de comer aquilo que era o suficiente para sua sobrevivência, em contrapartida, esses filhos mantinham práticas culturais, práticas de cultivo e um conjunto de práticas sagradas com essa Mãe Terra visando a sua preservação. Em certo sentido, há uma relação de pertencimento e ações de afeto que faz com que tudo possa render.

Diante disso, ao pisar nesses territórios e impor a arquitetura violenta do habitar colonial tudo isso se perde. A Mãe Terra passa a ser explorada até o seu limite para sustentar e enriquecedor os responsáveis por essa política colonial, além disso, conjuntos de práticas que os filhos mantinham em preocupação com sua Mãe Terra são perdidos, toda conexão física e metafísica vai sendo desfeita, “A terra colonizada não é mais uma Terra Mãe: ela se torna uma terra sem *Manman*” (FERDINAND, 2022, p. 61, grifos do autor). A construção do habitar contra-colonial a partir de seus princípios de biointeração, compartilhamento, experiencição de novas formas de existência, do aprendizado a partir de escuta da poética de vida que as águas dos rios têm as nos ensinar é a possibilidade de reconstrução de uma conexão, para além dos limites físicos com a natureza, a recuperação de uma matrigênese.

Ao tratar da reconstrução de uma matrigênese com a natureza, Malcom Ferdinand (2022) vai olhar para as primeiras ações de aquilombamento, como foi dito acima, o habitar contra-colonial é um ato de recusa e a ação de aquilombamento é representação exata de um ato de recusa em viver em mundo moldado por relações tecidas a fios ferro, é a aposta de mover-se por outros caminhos diante do terror da

violência do mundo colonial. A necessidade de fugir dos açoites, da exploração sem limites do trabalho forçado e de todo conjunto de ferramentas violentas do mundo colonial para garantir a sustentação da escravidão. Os quilombolas se empenharam em uma natureza desconhecida e inóspita até então: montanhas, pântanos e florestas. Segundo Ferdinand (2022), esses ambientes acabam por se tornar aliados naturais nas fugas dos quilombolas, pois dificultavam os prosseguimentos das perseguições por parte das autoridades coloniais: “Mais do que uma fuga, os quilombolas praticaram ‘uma arte da fuga’, que turva as fronteiras coloniais e abre espaços de criação camuflados pelas florestas e pelos pântanos” (FERDINAND, 2022, p. 171). Ao passar esse primeiro momento de desespero da fuga nesses ambientes de difícil acesso, vai ocorrendo um processo de adaptação dos quilombolas nesses espaços tratados como inabitáveis, espaços que eram em um primeiro momento um esconderijo do terror colonial passam a ganhar outro significado com o tempo. Uma sensação de pertencimento a esses ambientes vai sendo construída gradativamente de forma que isso significa que nesses ambientes “[...]a terra e a natureza constituem a matriz material da existência dos quilombolas dá origem a uma matrigênese. [...] os quilombolas forjaram novamente um laço matricial com as terras e naturezas encontradas. De repente, a Terra sem *manman* se torna uma Terra mãe” (FERDINAND, 2022, p. 171).

A recuperação desse laço matricial com a natureza permite que o quilombola entre no ciclo de compartilhamento com todos os seres vivos em sua volta a partir de ações afetuosas, culturais, de cultivo e sagradas que possibilitam o estabelecimento de uma relação harmoniosa e alianças interespecíficas na luta contra as opressões e escravidões promovidas pelo habitar colonial a humanos e não humanos. Esse habitar desarranja a centralidade do humano, é o escape de um mundo enunciado pelo antropocentrismo, é viver em fricção com a natureza. É a chance de nos tornarmos compartilhantes com outros seres vivos que conferem sentido à nossa existência, estabelecendo assim alianças afetivas em um lugar-comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi tentar trazer para o centro do debate diante da crise ecológica que afeta o mundo a contribuição de saberes ancestrais de povos indígenas e quilombolas. Saberes preservados graças a uma luta incessante contra uma forma de habitar o mundo que rejeita a alteridade, que busca uma mesmificação social, ou seja, a imposição de uma forma universal de habitar o mundo que anula outras potencialidades culturais. Essa forma universal e válida de experienciar a vida neste mundo é pertencente ao *anthropos* moderno que impõe a diversos povos uma política colonial. Esse modo de habitar o mundo e a violência contra outros humanos e não humanos carrega em si a crise climática que assola o mundo contemporâneo. A partir das leituras das obras de Ailton Krenak, Antônio Bispo dos Santos e Malcom Ferdinand pensamos a violência dos processos de colonização no centro da metáfora do Antropoceno, acreditamos que essa política da modernidade histórica é o marco dessa transformação do *anthropos* em uma força geológica capaz de causar desequilíbrios irreversíveis nos ecossistemas do planeta.

Diante de tal cenário, visamos demonstrar que apenas uma transfiguração radical da nossa forma de habitar essa Terra pode nos levar para longe do abismo do Antropoceno, ou seja, buscamos na confluência entre narrativas de mundo plurais preservadas nas memórias ancestrais dos povos vítimas das políticas coloniais a possibilidade de construir uma forma de habitar contra-colonial que descentralize e lance em um estado de transe a mesmice antropomórfica do mundo enunciado pelo *anthropos* colonial.

Neste sentido, a partir da obra de Ailton Krenak (2022), apontamos o exercício de escuta e aprendizado da voz das águas do Rio Watu como forma de sermos afetados por uma potência de vida transcendental capaz de nos direcionar para a experimentação de outras formas de existência, não estamos falando de uma mera alegoria filosófica, mas do aprendizado real com uma força incrível da natureza que

resiste há tanto tempo as mais diversas formas de violência da humanidade, afinal, existe na memória ancestral dos povos indígenas e quilombolas saberes existências anteriores a configuração de humano “Sejamos água, em matéria e espírito, em nossa movência e capacidade de mudar de rumo, ou estaremos perdidos” (KRENAK, 2022, p. 27). Apontamos também a importância da ação de aquilombamento, a partir da obra de Malcom Ferdinand (2022), para a construção do habitar contra-colonial, ou seja, o ato de recusa em relação à violência do mundo colonial direcionada a humanos racializados e não humanos (natureza). A partir de Bispos dos Santos (2023), apresentamos as ações de compartilhamento e biointeração como saberes orgânicos capazes de estabelecer uma relação harmoniosa com a natureza, superando a hostilidade característica do *anthropos* colonial.

Quem sabe unindo a sabedoria vinda das águas dos rios, a ação de aquilombamento, compartilhamento e biointeração sejamos capazes de criar uma cartografia de mundo que nos ajude a adiar o fim e a vislumbrar um por vir pela ancestralidade.

REFERÊNCIAS

CRUTZEN, Paul. Geology of Mankind. *Nature*. 3 Jan. 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023>

DANOWSKI, Deborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo porvir**: ensaio sobre o medo e afins. Florianópolis: Cultura e Barbárie editora, 2016.

DUSSEL, Enrique. **1492 o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Tradução de Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

FERDINAND, Malcom. **Ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: UBU Editora, 2022.

HARAWAY, Danna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Tradução de Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy.

ClimaCom – Vulnerabilidade, Campinas, a. 3, n. 5, 2016.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília, INCT/UnB, 2015.